



REYNOLDS, Jack. **Existencialismo**. Trad. Caesar Souza. Petrópolis: Vozes, 2013. 286p.

Comentário à fenomenologia existencial de Heidegger, Sartre, Merleau-Ponty e Beauvoir

ROBERTO S. KAHLMEYER-MERTENS*

Alguns estudiosos atestam que o auge do existencialismo passou, tal culminância teria sido galgada por volta dos anos de 1940 perdurando até os 60. Naquela mesma época, surgindo de todos os cantos e assinadas por representantes de diferentes vertentes de pensamento, proliferaram publicações que ou faziam o elogio apaixonado desse modo de pensar ou buscavam refutar o existencialismo acusando-o de ser uma filosofia pessimista que só instilaria a desesperança nos homens. Passada a época desses entusiasmos ingênuos, afirmamos poder identificar que existe atualmente no Brasil um novo surto de interesse pela filosofia existencial em sua forma peculiar de existencialismo.

Respondendo a essa demanda, as editoras publicam novos estudos sobre o tema, entretanto, sem se expor a riscos financeiros, editam majoritariamente livros de introdução dentre os quais alguns possuem qualidades apreciáveis. Chamemos atenção para o título *Existencialismo*, de Jack Reynolds que integra a Coleção Pensamento Moderno, da Editora Vozes. Na referida obra, o professor de filosofia da Universidade de La Trobe/Austrália, propõe-se a uma apresentação do existencialismo, o livro de Reynolds oferece-nos, de maneira palatável, um painel no qual se identificam as principais ideias daquele movimento lítero-filosófico que, disseminado pela Europa, predominou especialmente na França.

Em seu capítulo inaugural, a obra traz uma contextualização ampla de todos os autores que entram no computo da filosofia existencial. Assim, abordados no tópico “O existencialismo e sua herança”, Kierkegaard, Nietzsche, Marcel e Jaspers são satisfatoriamente indicados como precursores desta corrente de pensamento e têm suas ideias examinadas de modo a evidenciar o quanto as mesmas agregam às bases dessa vertente propositora de um pensar e um agir filosóficos.

A leitura deste tópico geral já nos permite entrever que o existencialismo não chega a constituir uma “escola” e o quanto esta designação reúne sob si perfis e orientações diversificadas. Os temas talvez sejam um dos nós de confluências entre alguns dos pensadores existenciais, Reynolds nessa primeira parte da obra enumera algumas das temáticas coincidentes na pauta dos existencialistas: “liberdade”, “morte”, “finitude”, tonalidades afetivas como a “angústia” e o “tédio”, a “singularidade humana” etc.

Outro traço comum entre esses autores, segundo Reynolds (2013), consiste no fato de que “todos esses filósofos estão significativamente em débito para com o projeto fenomenológico, ainda que também contestem a filosofia pura.” (p.12) Isso é o que se pode facilmente verificar quando, ao passar os olhos sobre o sumário do livro, encontramos nomes celebrados da fenomenologia e temas que encontrariam, mesmo de longe, ressonância na filosofia

husserliana. É o que se vê no segundo capítulo da obra, intitulado “Heidegger e a analítica existencial”.

Talvez um dos capítulos mais frágeis do trabalho, a tematização da filosofia heideggeriana é insuficiente mesmo para um texto pretensamente introdutório. Temas importantes para a filosofia de Heidegger como a questão do ser, a caracterização da metafísica e a temática do cuidado aparecem em resumos pálidos sem que a implicação entre os mesmos se torne visível. Assim, faltou indicar categoricamente que o projeto heideggeriano de uma retomada da questão ontológica requisitaria a análise do único ente capaz de compreender o sentido que o ser possui nas circunstâncias nas quais o mesmo se dá; da mesma maneira, com relação ao cuidado, precisaria ser dito de modo mais claro que o *Dasein* (ser cuja a única determinação é o poder-ser) se torna o que é na medida em que se comporta, e o cuidado, enquanto um comportamento, é decisivo ao ente que o *Dasein* é enquanto existe.

Os dois capítulos reservados a Sartre são consideravelmente mais substanciais do que o cabido a Heidegger. Em “Condenado à liberdade – A ontologia fenomenológica de Sartre”, por exemplo, é possível encontrar, inicialmente, considerações acerca da vida e obra do filósofo inclusive com a indicação de seus principais escritos. Assim, mencionados *A transcendência do ego* (1938) *O ser e o nada* (1943) e *Crítica da razão dialética* (1960), o leitor passa a conhecer nominalmente parte do núcleo filosófico da obra sartriana. Novamente carente de uma boa tematização, o subtópico referente ao “método da ontologia fenomenológica” poderia ter recebido um melhor desenvolvimento. Não se pode acusar, entretanto, o passo seguinte, intitulado “A existência precede a essência” da mesma falta. A partir deste, Reynolds começa a examinar o clichê de Sartre em *O existencialismo é um*

humanismo (1946) com o intuito de indicar que este possui tanto conteúdo quanto efeito. O comentador caracteriza a tese do filósofo segundo qual a experiência humana não se traduz em um ente reificado; sendo, portanto, o ego um nada, este dependeria da existência para assumir qualquer determinação associada à identidade ou à essência. Assim, a sentença sartriana que diz que a existência precede a essência não indica uma anterioridade cronológica ou lógica entre existir e ser, mas uma dependência ontológica traduzida do seguinte modo: o ser que o homem é se define na dinâmica da existência.

A análise dos significados filosóficos das frases de efeito de Sartre prossegue no próximo subtópico, desta vez com aquela que diz que “A humanidade está condenada a ser livre”. Concebida inicialmente como um jogo de palavras, uma vez que conjuga as ideias contraditórias de liberdade e condenação, Reynolds se empenha em mostrar o quanto a liberdade em Sartre expressa a experiência de transcendência da consciência ao mundo da vida. Deste modo, o que quer que se concretize na experiência humana já sempre se constitui no espaço fenomenal aberto por esta noção de transcendência que, para o filósofo francês, se confunde com a liberdade. Partindo desta descrição fenomenológica, é possível depreender que qualquer fato referente ao homem é sempre e em cada instante dado no referido campo de fenômenos, havendo, neste, inclusive, a possibilidade do homem se comportar de modo arbitrário frente ao que se lhe apresenta. Podendo afirmar ou negar o que faticamente manifesta-se para si, e decidindo e responsabilizando-se pelo que se dá no mundo da vida, ao homem, entretanto, permanece inibida a possibilidade de escolher não ser transcendência ou, por outras palavras, de não ser liberdade.

“Merleau-Ponty e o corpo” é o quinto capítulo do livro de Jack Reynolds. Como era de se esperar, a temática da corporeidade aparece com certa ênfase no tópico. A abordagem fenomenológica do corpo é feita de modo a resguardar a vinculação do filósofo com a fenomenologia e também ao existencialismo.

O capítulo sobre Simone de Beauvoir vem muito a propósito no livro em apreço, não apenas por revisitar Beauvoir, mas também por enfocá-la a partir dos fundamentos filosóficos em jogo nesse estudo da existência. Encimado “Beauvoir: o feminismo e a ética existencial”, este novo tópico se empenha por enfatizar que o trabalho da autora, por mais que seja “com frequência, mais sociológico do que filosófico” (REYNOLDS, 2013, p.202) foi quase sempre formulado em termos do existencialismo e, particularmente, da perspectiva de Sartre.

Embora a autora possua diversos romances nos quais o temário do existencialismo transparece, Reynolds se ocupa especificamente da obra *O segundo sexo* (1949). Neste trabalho, debates em torno da “transcendência” e da “imanência”, do “para-si” e do “para-o-outro” estão presentes, contudo, o foco da obra está na temática da opressão feminina, situação concreta a qual Beauvoir, segundo Reynolds, trata desde a perspectiva teórica existencial. Ao falarmos desta visada existencialista aqui Beauvoir nos põe diante de uma reflexão sobre a alteridade, diferença que não se ocupa apenas em pensar o outro na condição de uma “transcendência forte” (como chamaria Sartre), mas a “outridade” da presença feminina.

Ao tratar “A mulher como outro” em um dos primeiros subtópicos deste sexto capítulo, Beauvoir ressalta que a mulher enquanto experiência humana é um nada, ou seja, não possui determinação, retirando assim suas características de sexo e gênero da maneira com as quais existe, daí a autora asseverar que “ninguém nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR *apud* REYNOLDS, 2013, p.203). Todavia, nesta dinâmica de se fazer mulher, essas acabaram se submetendo ao jugo masculino, que reservou para as mulheres uma condição histórica de não-sujeitos, fazendo com que os homens se consolidassem na condição de *sujeito* e norma e as mulheres, sempre tomadas com referência ao masculino, possuíssem a determinação ambígua de *outro do sujeito* ou daquilo que é fora da norma.

Anti-essencialista, antitotalitarista e anti-sexista, Beauvoir tem em vista a sentença sartriana de que a existência precede a essência ao pensar o feminino; pode afirmar, a partir desse ponto, que ser mulher não constitui uma condição, mas um condicionamento por valores, comportamentos e papéis sociais atribuídos pelo masculino. Em linhas bastante gerais, nisso constitui a contribuição original de Beauvoir ao existencialismo e ao feminismo de sua época.

Ao término do livro, o leitor pode encontrar apêndices que trazem: “Questões para discussão e revisão”, indicações de “Leituras complementares e referências”, “Cronologia de eventos-chave textos e pensadores” e um índice temático certamente útil à pesquisa.

Recebido em 2013-09-02
Publicado em 2013-11-11

* **ROBERTO S. KAHLMEYER-MERTENS** é Professor adjunto do Departamento de Filosofia da

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Doutor em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.